

## **A contradição Economia e Cultura: a crítica da Economia da Cultura, a partir da EPC<sup>1</sup>**

Verlane Aragão SANTOS<sup>2</sup>  
Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE

### **RESUMO**

Este ensaio tem como objetivo apresentar os principais aspectos que norteiam a perspectiva hegemônica sobre a economia da cultura, na observância das publicações no principal periódico de referência, o *Journal of Cultural Economics*, para então expor as fragilidades e os limites de seus pressupostos e implicações. A partir daí, levantar os elementos que possibilitariam uma análise crítica da economia da cultura, na direção do que entendemos ser uma economia política da cultura, baseada no arcabouço teórico de Marx e da Economia Política da Comunicação e da Cultura (EPC). Na perspectiva adotada, a contradição economia e cultura, própria das indústrias culturais, traduz-se em termos da lógica capitalista na contradição capital e trabalho.

**PALAVRAS-CHAVE:** economia da cultura; economia política da cultura; trabalho cultural; *Journal of Cultural Economics*, EPC.

### **INTRODUÇÃO**

Este ensaio tem como objetivo apresentar os principais aspectos que norteiam a perspectiva hegemônica sobre a economia da cultura, para então expor as fragilidades e os limites de seus pressupostos e implicações. A partir daí, levantar os elementos que possibilitariam uma análise crítica da economia da cultura, na direção do que entendemos ser uma economia política da cultura, baseada no arcabouço teórico de Marx e da Economia Política da Comunicação e da Cultura (EPC). Na perspectiva adotada, a

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Economia Política da Comunicação, XX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Professora do Departamento de Economia e dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação e em Economia (Mestrado Profissional) da Universidade Federal de Sergipe, velorca2010@gmail.com.

---

contradição economia e cultura, própria das indústrias culturais, traduz-se em termos da lógica capitalista na contradição capital e trabalho.

Para tanto, é realizado um levantamento na principal publicação internacional da área, o *Journal of Cultural Economics*, que desde 1977 já disponibilizou 44 volumes, num total de 141 edições, de forma ininterrupta. Foi realizado o recorte por título e resumo, de 341 artigos, publicados de 2000 até 2020, para os quais estes parâmetros estão disponíveis. O recorte temporal responde a duas razões: o período recobre um arco significativo, com grande volume de produções; e, corresponde ao período de existência da União Latina de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura (ULEPICC)<sup>3</sup>, instituição internacional criada em 2002 na cidade de Sevilha, com o propósito de reunir pesquisadoras e pesquisados baseados na Economia Política. O propósito foi o de identificar se temáticas e abordagens privilegiadas pela EPC, entendida como perspectiva alternativa, são contepladas nos artigos dessa publicação de referência na Economia da Cultura.

Tomamos o artigo de Herscovici, Bolaño & Mastrini, de 1999, “Economía política de la comunicación y la cultura: una presentación”, como referência para estipular as problemáticas centrais da EPC. Por certo, sem deixar de observar as contribuições de Mosco (1996) e Wasco (2005), parte-se de uma perspectiva latino-americana, que representa, sob nosso ponto de vista, discriminação mais precisa sobre o recorte epistemológico desse subcampo, que se assume contra-hegemônico nos campos de conhecimento onde suas pesquisadoras e pesquisadores atuam, em particular na Economia e na Comunicação.

Nesses termos,

... a partir da crescente integração dos meios de comunicação na estrutura econômica mundial não é possível seguir evitando esta perspectiva de análise que integra o estudo das relações de poder expressadas no sistema de produção econômica e no nível cultural. O rol dos meios no processo de acumulação de capital – o problema das classes sociais, os meios e a legitimação da estratificação social; a relação entre produção material e produção intelectual – constitui a base analítica da economia política da comunicação (HERSCOVICI; BOLAÑO & MASTRINI, 1999: 10). Tradução e sublinhados nossos.

De forma complementar e atualizada, contemplaremos também a contribuição da produção de César Bolaño, mais especificamente na sua tese de doutorado, “Indústria

---

<sup>3</sup> Não desconsideramos aqui a seção de Economia Política da International Association for Media and Communication Research (IAMC), criado em 1978 ([https://iamcr.org/sites/default/files/basics\\_of\\_iamcr\\_history.pdf](https://iamcr.org/sites/default/files/basics_of_iamcr_history.pdf)).

---

Cultural, informação e Capitalismo”, de 1993, do artigo para a Revista Praga, de 1997, “A convergência informática/telecomunicações/audiovisual”, e do artigo “Trabalho Intelectual, Comunicação e Capitalismo. A reconfiguração do fator subjetivo na atual reestruturação produtiva”, na Revista da Sociedade de Economia Política, de 2002. Nestes textos, o autor aponta para a centralidade do processo de acumulação de capital, correspondente à subsunção do trabalho no capital.

Tivemos a oportunidade de reforçar a centralidade do trabalho, no contexto da acumulação capitalista, dos mercados culturais e das manifestações do trabalho no âmbito da cultura e da comunicação, seja em artigo solo (SANTOS, 2015), como em co-autoria (BOLAÑO; LOPES & SANTOS, 2016; BOLAÑO & SANTOS, 2018a; BOLAÑO & SANTOS, 2018b; SANTOS; BARROS & OLIVEIRA, 2020).

É possível identificar no famoso estudo de Willian Baumol sobre as artes cênicas, encomendado e financiado pela Fundação Ford, na década de 60, o marco inaugural dos estudos sobre a Economia da Cultura. Desse estudo se bifurcam duas tradições distintas de análises. Uma, hegemônica, fundada nos marcos e na esteira da teoria econômica ortodoxa, de viés neoclássico. E, outra, que desembocará nas contribuições da EPC. Importante salientar, que no interior destas duas perspectivas, modelos teóricos e analíticos da microeconomia heterodoxa são incorporados. Nos estudos da EPC, em especial os voltados para a organização de mercados oligopolistas e das dinâmicas tecnológicas.

O presente trabalho, além desta introdução e das considerações finais, conforma mais duas sessões. A primeira volta-se ao levantamento realizado nas edições do *Journal of Cultural Economics*, a incidência das temáticas e abordagens nos estudos da Economia da Cultura ali publicados e a discussão das premissas e recortes do que identificamos como uma Economia da Cultura de base neoclássica. Na segunda sessão, retomando as preocupações da EPC, são apresentados os elementos que definiriam uma Economia Política da Cultura, ou mais precisamente de uma crítica da Economia da Cultura.

### **A PERSPECTIVA DA ECONOMIA DA CULTURA: suas premissas e recortes**

Na apresentação do *Journal of Cultural Economics*, fica explícito o eixo teórico de referência que orienta a perspectiva sobre a Economia da Cultura adotada.

O *Journal of Cultural Economics* é publicado em cooperação com a The Association for Cultural Economics International. Ele aplica a análise econômica a todas as artes criativas e performáticas e às indústrias patrimoniais e culturais,

---

sejam com financiamento público ou privado. Além disso, a revista explora a organização econômica do setor cultural e o comportamento de produtores, consumidores e governos dentro do setor cultural.

Os leitores encontrarão artigos originais que tratam do desenvolvimento teórico da economia cultural como um assunto, a aplicação da análise econômica e econometria ao campo da cultura e os aspectos econômicos da política cultural. Além de artigos completos, a revista oferece artigos curtos e resenhas de livros. (<https://www.springer.com/journal/10824>). Sublinhados nossos.

Temos aí os léxicos comuns da abordagem microeconômica, de caráter individualista, pressupondo a atividade econômica a partir dos agentes econômicos da oferta e da demanda, de forma estanque. Ontologicamente, agentes portadores de racionalidade, substantiva ou limitada a depender do grau de heterodoxia incorporada. A microeconomia tradicional está circunscrita ao estudo do comportamento da oferta – das firmas – e do consumidor – as famílias. Estas duas forças constituem as forças do mercado. O Estado é o agente externo, ora reforçando as tendências, ora atuando em sentido contrarrestante às excrescências alheias ao equilíbrio de mercado. De caráter utilitarista, seu objetivo volta-se a garantir as condições do processo de acumulação capitalista.

Importante enfatizar que seja em qualquer perspectiva econômica adotada, a produção de riqueza na forma de mercadorias responde a produção de dois tipos de propósito: a criação de valor de uso e de valor de troca. O que distingue a perspectiva neoclássica é considerar o valor de uso o determinante do valor da riqueza social, recaindo sobre a demanda e o consumo papel determinante na formação do valor. O que Marx (1996) irá expor é a dialética entre valor de uso e valor (de troca), mas atinando que o valor é determinado pelo trabalho socialmente necessário.

Voltando-nos aos artigos publicados na *Journal*, o levantamento aponta para uma diversidade temática, que abarca a análise dos mercados de artes tradicionais, passando pelo acompanhamento de políticas públicas e privadas voltadas à cultura e às artes, chegando ao estudo de mercados culturais particulares, da música, dos *gamers*, do teatro, dos museus e outros. Em sua maioria absoluta, o objetivo dos artigos publicados é o de mensurar o perfil dos consumidores, a eficiência de gastos e as estratégias dos agentes, utilizando-se de modelos estatísticos e econométricos.

O termo “economia política” aparece no título de **dois** artigos entre o universo de publicados no recorte temporal elegido, com um sentido diverso tanto da acepção clássica, da economia política inglesa representada por figuras como Adam Smith e David

---

Ricardo, quanto da economia política marxiana. A expressão denota, como observado nos resumos dos artigos, a incorporação de variáveis políticas (dados eleitorais; intervenção de entes governamentais) na análise.

O recorte de classe aparece em **um** artigo, adotando uma abordagem weberiana de distinção entre classe e status, com o objetivo de levantar o padrão de participação cultural de grupos sociais, recortados também por etnia e religiosidade. “A medida de classe é baseada em agrupamentos ocupacionais e o status é operacionalizado como uma classificação de ocupações com base na distância social”<sup>4</sup>.

O termo “trabalho” aparece em **um** artigo, denotadamente a partir de uma perspectiva neoclássica, onde o trabalhador é entendido como um agente da oferta no mercado de trabalho, no qual ele busca as opções de ocupação para as quais ele lança o objetivo de maximizar o salário a ser percebido face o custo de assumir o trabalho, ou de outra forma minimizar o custo do trabalho em face ao salário. No artigo em questão esses pressupostos aparecem a partir da noção de “preferência ao trabalho”.

É importante observar que a publicação estrangeira, com submissão em língua inglesa, tem pouca participação de autoras e autores brasileiros. Dos 341 artigos publicados, somente **três** são de autoras e autores nacionais, sendo que **dois** tem como co-autora a professora da UFMG Ana Flávia Machado. Estas três publicações são da última década, sendo a primeira de 2011, período que coincide com a disseminação dos estudos sobre economia criativa/economia da cultura no Brasil<sup>5</sup>.

As preocupações com uma economia da cultura no país tem suas origens na passagem de Celso Furtado no MinC na década de 80 (FURTADO, 2012), pautadas em uma perspectiva operacional na busca de propor um levantamento dos indicadores das atividades culturais, mas que ganham um desenho teórico e conceitual quando alinhadas à noção de criatividade, já expostas por Furtado em seu livro de 1978, “Criatividade e dependência na civilização industrial”.

Teremos um interregno de mais de duas décadas, se tomarmos a criação da Secretaria da Economia Criativa como referência, até que as preocupações e proposições sobre uma economia da cultura ganhem relevo, agora profundamente influenciadas pelos

---

<sup>4</sup> “Como classe, status, etnia e religiosidade moldam a onívora cultural em Israel?”. *Journal of Cultural Economics* volume 33 , Páginas1 - 17 ( 2009 ).

<sup>5</sup> O ápice desse processo é a criação da Secretaria da Economia Criativa (SEC) no Ministério da Cultura (MinC), que teve, contudo, uma vida curta (2012-2015), refletindo uma interessante disputa semântica entre os termos economia da cultura e economia criativa no interior do Ministério.

projetos das indústrias criativas de tradição alglo-saxônica<sup>6</sup>. Estes, ressaltamos, diferentemente da perspectiva de caráter coletivo e social proposta por Furtado, tem pressupostos ontológicos individualistas, em diálogo direto com a teoria neoclássica de viés utilitarista. Um levantamento inicial na busca pelo termo “economia da cultura” para sites nacionais acusará a prevalecência deste tipo de perspectiva.

### **PARA UMA ECONOMIA POLÍTICA DA CULTURA: sobre a crítica da Economia da Cultura, a partir da EPC**

Tomemos aqui a apresentação da Seção de Economia Política da *International Association for Media and Communication Research*:

A Seção de Economia Política examina o papel do poder na produção, distribuição e troca de comunicação mediada. Com base na rica história da teoria da economia política, os membros da Seção estudam as relações sociais na sua totalidade, consideram como elas se desenvolveram historicamente, avaliam-nas de acordo com os padrões de justiça social e intervêm na busca de um mundo mais justo e democrático... (<https://iamcr.org/s-wg/section/poe>). Tradução e sublinhados nossos.

Pontuaremos cinco aspectos que, em consonância às referências indicadas na Introdução deste trabalho, qualificam uma perspectiva da comunicação – e da cultura – baseada na Economia Política. Antecipamos que tais aspectos informam a oposição e ao mesmo tempo a incorporação das temáticas e preocupações presentes na perspectiva hegemônica da Economia da Cultura, observando pressupostos ontológicos e epistemológicos totalmente distintos.

Primeiro, a preocupação basilar da Economia Política está no papel do poder, nas relações de poder que se estruturam em uma sociedade orientada pela lógica mercantil capitalista (HERSCOVICI; BOLAÑO & MASTRINI, 1999). O fulcro do argumento é o fato, observado por Marx, de que os agentes só guardam igualdade uns em relação aos outros no âmbito da circulação, das trocas, ou seja, da aparência do fenômeno social. A igualdade formal dos indivíduos que se encontram no mercado, como proprietários de mercadorias, não se traduz no âmbito da produção, quando capital e trabalho se

---

<sup>6</sup> Vale destacar o esforço realizado pela SEC, com Cláudia Leitão à frente, de “abrasileirar” o conceito de indústrias criativas, buscando incorporar o legado furtadiano. Vide o Plano da Secretaria da Economia Criativa.

---

contrapõem, em face da exploração exercida pelo capital sobre o trabalho na criação de mais valia.

No propósito de produzir uma teoria marxista da comunicação, Bolaño (2000) no capítulo inicial do sua obra aponta, a partir de Marx e de sua distinção entre economia mercantil simples (M – D – M) e economia mercantil capitalista (D – M – D’), que a informação só pode ser compartilhada de maneira simétrica na suposição em tese no âmbito de uma economia mercantil onde os indivíduos, produtores independentes de mercadorias, não demandam moeda para além de ser esta meio de troca e o objetivo é acessar o valor de uso das mercadorias. Estes são pressupostos que não se assentem a uma economia mercantil capitalista, persistindo assim assimetrias em relação à informação.

O segundo aspecto que destacaremos é o fato não explicitado, mas posto, de que o objeto da comunicação é a mediação. Desde uma perspectiva dos estudos culturais, a mediação se encontra difusa no interior da sociedade, realizada por vários sujeitos sociais, em diferentes contextos de interação social. Sem desconsiderar as diversas mediações possíveis, a EPC destacará a mediação realizada pela Indústria Cultural, entre o Estado e os capitais, de um lado, e o público de outro, na busca de garantir duplamente a acumulação de capital e a legitimação ideológica do sistema (BOLAÑO, 2000).

Efeteivamente, quem realiza a mediação é o trabalho cultural (BOLAÑO, 1997; BOLAÑO, 2000; SANTOS, 2018), na medida que para produzir mercadorias culturais, a Indústria Cultural precisa subsumir trabalho (roteiristas, atores, designers, gamers, compositores, cantores, etc.). É o trabalhador cultural que, imerso e originário das culturas populares, detem e opera um conjunto de símbolos que guardam identidade e reconhecimento junto ao público. Ao mesmo tempo, há que considerar que à medida que avançam as forças produtivas, a exemplo do contexto da Terceira Revolução Industrial, de base microeletrônica e padrão digital, a subsunção real do trabalho no capital avança, mas limites são expostos à subsunção do trabalho intelectual (BOLAÑO, 2002). Eis o terceiro aspecto.

Quarto aspecto: o recorte de análise a partir da Economia Política, constituindo o seu objeto de estudo privilegiado, são as relações sociais, recuperando assim o próprio Marx (1996). Sendo assim, as relações sociais de produção tem caráter central. Nem o capital, nem o trabalho, pode ser visto isoladamente. O próprio conceito de capital propõe entendê-lo como uma relação social, de exploração, entre o próprio capital e o trabalho. Há, assim, como lembra o Velho, um casamento indissociável entre capital e trabalho. O

---

processo de subsunção real do trabalho no capital, com o avanço do progresso técnico, sob a modalidade de extração de valor a partir da mais valia relativa, representa a sanha eterna do capital em torna o trabalho redundante. Mas negar o trabalho seria negar a si próprio. A contradição capital e trabalho, base do sociometabolismo do capital, expressa por sua vez a contradição economia e cultura, presente no fenômeno das indústrias culturais, com o avanço da mercantilização às atividades culturais.

Por fim, o quinto aspecto, é atinente ao método em Marx, o materialismo histórico e dialético. Os objetos de estudo são observados em sua totalidade, abarcando as dimensões macro e micro, coletiva e individual, global e local dos processos sociais que lhe são próprios. Ademais são compreendidos na sua temporalidade e espacialidade, não constituindo como na perspectiva neoclássica fenômenos de caráter a-históricos. Lembrando Lefebvre (1975), temos contemplados os três elementos do método: a totalidade, a historicidade e – explicitando – a contradição (voltemo-nos aos quarto aspecto!).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As observações aqui levantadas não reivindicam necessariamente uma economia política da cultura, já que como acentuamos há uma tradição, no sentido de um conjunto acumulado de contribuições, que a EPC cristaliza. Em especial, na vertente da EPC que assenta seus estudos na obra seminal de Marx. Neste sentido, o propósito de quem pesquisa a partir deste subcampo é desenvolver a crítica, no caso a crítica da Economia da Cultura, tal como ela se apresenta hegemonicamente.

Ao sabor da crítica, buscamos levantar e recuperar as premissas e os recortes próprios da perspectiva neoclássica, hegemônica como se pode confirmar ao perscrutar os títulos e os resumos dos artigos publicados no principal periódico da Economia da Cultura, em nível internacional, o *Journal of Cultural Economics*. Lembrando Marx, ao referir-se à economia política de seu tempo, a inglesa em particular, temos uma teoria que se constitui como uma ideologia, a ideologia do capital, realizando em última instância a legitimação da sociedade de classes, propondo não obstante um arcabouço teórico não desprezível na sua totalidade.

A Teoria do Valor, base da Teoria da Mais Valia de Marx, é retomada de Smith e Ricardo. Marx, ao realizar a crítica, incorpora o que considera válido e refuta os equívocos e erros, construindo uma nova explicação sobre o capitalismo, atentando para seu caráter



transitório e mutante. A realidade sim pode nos escapar, mas isto não impede de buscar desvendá-la. Do mesmo modo, os estudos em Economia da Cultura precisam ser incorporados, pois representam em especial esforços metodológicos e de levantamento de informações e dados que podem lançar luz em aspectos e dimensões que constroem a complexidade dos fenômenos sociais que representam a multifacetada realidade das sociedades atuais, que seguem submetidas à lógica do capital.

O fenômeno (como conceito) da Indústria Cultural, compreendido somente a partir da sua relação com o Capitalismo Monopolista e as necessidades que se impõem ao capitalismo, em termos da dinâmica de acumulação e das contradições de classe, como resultado das crises já no final do século XIX, representa uma contradição, dada a natureza do capital, insuperável sob o capitalismo. A contradição economia e cultura é insuperável, assim, enquanto persistir a contradição capital e trabalho. Daí surge a necessidade em construir formas societárias – outras formas de mediação – alternativas.

## REFERÊNCIAS

BAUMOL, W. & BOWEN, W. **Performing Arts – The Economic Dilema**. Cambridge: MIT Express, 1968.

BOLAÑO, C. “Trabalho Intelectual, Comunicação e Capitalismo. A reconfiguração do fator subjetivo na atual reestruturação produtiva”. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, n. 12, p. 53-78, dez. 2002.

\_\_\_\_\_. **Indústria Cultural, Informação e Capitalismo**. São Paulo: Hucitec, 2000.

\_\_\_\_\_. “A convergência informática/telecomunicações/audiovisual”. In.: **Revista Praga**. Estudos Marxistas. N. 4. São Paulo: Hucitec, 1977, pp. 67-77.

BOLAÑO, C. & SANTOS, V. “Considerações teórico-metodológicas sobre a história do campo da Economia Política da Comunicação e da Cultura”. **Revista Brasileira de História da Mídia**. v. 7, n. 1 (2018a), pp. 52-66. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/rbhm/article/view/7013>.

\_\_\_\_\_. “Economia da cultura, trabalho e criatividade: uma crítica da ideologia do empreendedorismo cultural”. In.: Guindani, J. F. & Guimarães e Silva, M. (Orgs.). **Comunicação e indústria criativa**. Jaguarão: CLAEC, 2018b, pp. 47-56.

BOLAÑO, C., LOPES, R. & SANTOS, V. (2016). “Uma economia política da cultura e da criatividade”. In.: Leitão, C. & Machado, A. F. **Por um Brasil Criativo**: significados, desafios e perspectivas da economia criativa brasileira. Belo Horizonte: Código Editora, pp. 9-23. Disponível em: <http://recbrasil.com.br/2017/03/livro-por-um-brasil-criativo-disponivel-para-download-gratuito/>.

FURTADO, C. **Ensaio sobre Cultura e o Ministério da Cultura**. Rio de Janeiro: Contraponto; Centro Internacional Celso Furtado, 2012.

\_\_\_\_\_. **Criatividade e dependência na civilização industrial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

HAMELINK, C. & NORDENSTRENG, K. **Basics of IAMCR History**. Disponível em: [https://iamcr.org/sites/default/files/basics\\_of\\_iamcr\\_history.pdf](https://iamcr.org/sites/default/files/basics_of_iamcr_history.pdf).

HERSCOVICI, A., BOLAÑO, C. & MASTRINI, G. “Economía política de la comunicación y la cultura: una presentación”. MASTRINI, G. & BOLAÑO, C. (eds.). **Globalización y Monopolios en la Comunicación en América Latina**. Hacia una Economía Política de la Comunicación. Buenos Aires: Biblos, 1999, pp. 9-25.

LEFEBVRE, H. **Lógica formal/lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

MARX, K. **O Capital**. Crítica da Economia Política. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

MINC. **Plano da Secretaria da Economia Criativa**. Políticas, diretrizes e ações. 2011-2014. Disponível em: <https://garimpodesolucoes.com.br/wp-content/uploads/2014/09/Plano-da-Secretaria-da-Economia-Criativa.pdf>.

MOSCO, V. **The Political Economy of Communication**. London: Sage Publications, 1996.

SANTOS, V. “Um diálogo com os Estudos Culturais, a partir da EPC”. In.: **Revista Eptic**. vol.21, n.2, mai-ago. 2019, pp. 93-105.

\_\_\_\_\_. “Economia Política da Música e trabalho cultural. Contribuições de estudos exploratórios”. In.: BOLAÑO, César (Org.). **Cultura e desenvolvimento**. Reflexões à luz de Furtado. Salvador: Edufba, 2015, pp. 135-158.

SANTOS, V.; BARROS, J. & OLIVEIRA, H. “Trabalho, cultura e criatividade: autonomia/heteronomia dos ‘empreendedores da música’”. In.: **Chasqui**. Revista Latinoamericana de Comunicación. N.º 142, diciembre 2019 - marzo 2020, pp. 203-220.

WASCO, J. “Studying the political economy of media and information”. **Comunicação e Sociedade**. Vol. 7, 2005, pp. 25-48.

#### Sites pesquisados:

*International Association for Media and Communication Research* (Seção de Economia Política). <https://iamcr.org/s-wg/section/poe>.

*Journal of Cultural Economics*. <https://www.springer.com/journal/10824>.